

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

CBN Goiânia 97.1 FM

Entrevista com o conselheiro Edson José Ferrari

.....

A Redação

Projeto de universalização do saneamento em Goiás é tema de dabate no TCE-GO

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Relatório da Saúde, comunicado do TCE-GO e proposituras do Executivo são lidos durante a plenária | Portal da Alego

.....

Jornal do Vale

Relatórios da Saúde, TCE-GO e proposituras do Executivo são lidos na plenária

.....

Tribuna do Planalto

TCE faz determinações à Saúde após auditoria em política de imunização

.....

Entrevista com o conselheiro Edson José Ferrari

agora são 2:38 mês de agosto é conhecido como agosto verde Tem o objetivo de conscientizar a população sobre a primeira infância essa fase que tem início na gestação termina aos 6 anos de idade e o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e tem um comitê do Goiano do pacto Nacional pela primeira infância a gente tem na verdade o comitê ele é nacional comitê técnico da primeira infância quem vai conversar conosco sobre esse assunto é o presidente do comitê o Edson ferrar desde o comitê o Edson Ferrari Presidente Boa tarde tudo bem boa tarde tudo bem Como é que tá você tudo bem tudo bem Presidente vamos falar um pouquinho para quem não conhece desse comitê ele reúne dados para acompanhar a situação de criança de até 6 anos que tipo de informações Qual é o objetivo hoje nós somos muito focado na avaliação de políticas públicas e aprender a gestação no na gestação até aos 6 anos de idade e nesse período envolve muita política pública envolve a educação envolve saúde envolve o cuidado com a mãe a amamentação etc enfim e o segurança de todos não tinha se atentado para isso de 3 anos para cá Natália nós estamos esse convite foi criado e nós estamos eu fui nós estamos eu cuido eu sou presidente dele envolve todos os 33 tribunais de Contas do Brasil inteiro inclusive o Tribunal de Contas da união e a gente faz um trabalho de conscientização de indução para que os gestores atentem-se notadamente para essa faixa etária Porque nessa faixa etária é onde o cidadão se desenvolve por quase que totalmente né onde os neurônios se forma as combinações se formam né E aí daí surge o futuro cidadão Então os tribunais de conta cidadão Então os tribunais de contas tem que voltar para políticas públicas tem que voltar para atender notadamente essa faixa etária nós temos hoje nós temos hoje cerca de 18 milhões de crianças nessa faixa de 0 a 6 anos no Brasil todos né E isso chama a atenção são ser uma questão de todos nós para que a gente cumpra junto com a sociedade civil com os pais com os governos estaduais é o artigo 227 da Constituição Federal que fala que é Federal que fala que é obrigação da sociedade é obrigação do estado e da família e cuidar das crianças então o tribunal os tribunais de contas através do nosso comitê tem percorrido o Brasil inteiro no sentido de mobilizar os tribunais para que trabalhem juntos com os gestores municipais e os governos Estaduais na execução de uma política pública voltada para a primeira infância e o mês de agosto é o mês que a gente escolheu para ser o mês da primeira infância e nós tivemos hoje e nós tivemos hoje no debate Na semana Federal para cuidar abordando o tema da educação e a qualidade da educação e nós temos Tratado de vacinas vacinas de tratamento de mortalidade infantil do hospitalidade materna né E aí é um trabalho longo grande mas que precisa que tenha ressonância junto a sociedade e agradecer vocês para estar tratando esse tema porque é muito importante que a empresa esteja junto de nós e até para a gente entender presidente a gente entender Presidente é qual que é o cenário hoje existente para as crianças que estão dentro dessa faixa etária a gente pode até trazer Primeiramente um foco por exemplo na saúde o acesso a serviços básicos hoje ainda existem muitas crianças vulnerabilidade quando a gente fala desse assunto veja bem nós temos cerca qual que é nós temos algumas prioridades dentro da educação e dentro da Saúde dentro da Saúde saúde dentro da Saúde nós temos a questão voltadas para as campanhas de vacinação vamos pegar por exemplo que a poliomielite que nós já tivemos nós recebemos perto de 100% Goiás e chegou até 98% de índice de vacinação da faixa de 0 a 6 anos hoje não passa de 78% e de caráter geral é caiu muito a partir da pandemia

com aquela aquela campanha de contra vacinação caiu muito a confiança vacinação caiu muita confiança nos pais dos professores as pessoas que envolvidas nisso no processo de vacinação então nós temos outros Sarampo o sarampo chegou a 6 a voltar em alguns momentos aqui no país né E a gente já há muitos anos que a gente não tem não tinha problemas de sarampo Então são algumas prioridades da educação creche nós temos 2 milhões e 300.000 crianças funk 300 mil crianças de 0 a 3 anos sem creche no Brasil só para você ter ideia em Goiânia nós temos 40.000 nessa cidade de creches então a gente trabalha como indutor e nós temos conseguido avanços temos conseguido a voz por exemplo no mês de agosto dentre essa atenção especial para as crianças de zero a seis anos é o ano é o primeiro é o primeiro é o mês em que os prefeitos que estão iniciando os seus mandatos precisa seus mandatos precisa fazer seu PPA e a gente tá está batendo muito no Brasil inteiro para que os prefeitos podem para incluir no PPA políticas específicas para primeira infância Então são são muitas ações que nós precisamos atuar nós temos problemas da mortalidade materna logo após o parto continua alta você entendeu É mais do dobro mais do dobro do que a Organização Mundial de Saúde a Organização Mundial de Saúde Eita né Por exemplo a maternidade infantil para mortalidade de estudo infantil também que é muito alta e nós estamos trabalhando com as instituições com a sociedade civil e notadamente obrigação do Governo dos governos a todas as três esferas de governo o governo federal os governos estaduais e os governos municipais a quem sabe os municípios a cuidar diretamente das Crianças então então nosso trabalho tem sido no sentido de imobilizar eu mesmo estou chegando estou chegando de viagem agora há pouco de Brasília onde nós discutimos hoje pela manhã no Congresso lá na na Câmara disputa na Câmara Federal a qualidade melhoria da qualidade do ensino e nós temos tentado aqui em Goiás para fazer um trabalho ainda mais amplo mas a gente precisa de mais avanços eu acredito que as crianças ainda eu costumo dizer que a responsabilidade é a culpa desse estado de coisas ainda é ainda é do setor público veja bem eu sou eu sou eu sou uma pessoa que fiscaliza as contas públicas né eu faço o controle externo se tempos atrás elas tivessem sido a atenção para uma política de saúde um pouco melhor para uma política de saúde de educação um pouco melhor qualidade na oferta da educação nós não teremos esse quadro ruim que tá tendo hoje né nós temos disposto aqui no tribunal de contas nós temos um portal com três indicadores que mostra a situação do Brasil inteiro são três indicadores envolvendo todas essas áreas mas a gente tem conseguido avanço e a gente espera obter muito mais avanço ainda é presidente como é que é a população pode fazer parte desse desse mês de que forma é possível cobrar também essa questão das políticas públicas tem essa questão das críticas poucas até porque se a gente investe na primeira infância a gente acaba reduzindo outros problemas como criminalidade taxa de desemprego então nós nós temos nós estamos entrando numa numa outra fase que é exatamente cuidar das famílias entendeu porque não adianta você fazer o foco só na criança sendo que a família desestruturada né nós fizemos no nosso comitê fez um levantamento o ano passado sobre o ano passado sobre violência de criança de 0 a 6 anos nós estamos estarrecido com os números e a violência é praticada o Natália dentro da própria família né a gente da própria família o pai a mãe mesmo os parentes próximos então um alto índice de e****** contra vulneráveis que a gente tá olhando esse é um dado que é muito ligado a desestruturação da família então a parentalidade que a gente trata disso verdade que a gente trata disso nós nós temos uma preocupação muito grande no final no final deste mês agora 27 e 28 e 29 nós vamos estar em Belo Horizonte fazendo o segundo Encontro Nacional da primeira infância lá nós vamos publicar uma auditoria operacional que nós fizemos no Brasil inteiro Nós visitamos quase 400 municípios e a gente fez por amostragem né onde a gente levanta todas essas questões que a gente tá colocando aqui e aí eu passaria inclusive de oportunamente inclusive de oportunamente logo após no início do outro mês se vocês se vocês tiverem alguma condição de abordagem para o nosso conosco nós vamos tratar desse assunto desse assunto Claro entendeu porque é muito é muito o Estado tem sido negligente viu o zé Bonfim Natália o Estado tem sido negligente com a primeira infância nós nós estado nós servidores públicos Estamos devendo para as crianças uma atuação uma atuação mais mais mais mais responsável pelo menos assim dizer mais responsável a gente vai Claro seguir acompanhando esse assunto sim Presidente a gente conversou então com o presidente do comitê técnico da primeira infância Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

de Goiás Edson Ferrari muito obrigada por estar ser bem em Goiânia uma boa tarde até a próxima Presidente Boa tarde muito obrigado pela oportunidade

Projeto de universalização do saneamento em Goiás é tema de dabate no TCE-GO

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) promoveu, na tarde desta segunda-feira (11/8), uma mesa técnica dedicada ao projeto de parceria público-privada para universalização do acesso à coleta e tratamento de esgoto em Goiás. Ao todo, 216 municípios vão ser beneficiados.

Na ocasião, a equipe técnica do Tribunal, conduzida pelo conselheiro Kennedy Trindade, apresentou apontamentos e sugestões de melhoria relativos aos documentos que compõem a primeira fase do projeto, como os relatórios de avaliação técnico-operacional e de avaliação socioambiental.

A apresentação da pauta da reunião ficou a cargo de servidores da Gerência de Fiscalização do Eixo Social e, também, do Serviço de Fiscalização da Infraestrutura e Meio Ambiente do TCE-GO. Os apontamentos foram discutidos junto a representantes da Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), Saneago, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e às empresas integrantes do consórcio responsável pela elaboração do projeto.

?A equipe técnica do Tribunal conseguiu, com muito estudo e dedicação, nos trazer uma radiografia de tudo aquilo que está sendo construído para essa parceria público-privada. No dia 15 de setembro faremos a segunda mesa técnica e o que discutimos aqui hoje será mitigado nessa próxima reunião?, destacou o conselheiro Kennedy Trindade.

Para a coordenadora-geral do projeto e vice-presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Eliane Simonini, ?a mesa técnica permite aperfeiçoar a proposta e, assim, realizar um leilão mais atrativo e eficiente?.

Segundo Eliane, uma audiência pública deve ser realizada em breve e, além disso, duas consultas públicas estão abertas e recebem, até 2 de setembro, contribuições da sociedade para o projeto. O advogado Wladimir Antonio, que representa uma das empresas integrantes do consórcio contratado pelo BNDES para realização de estudos e definição do modelo de PPP a ser adotado, destaca que as mesas técnicas promovidas pelo Tribunal são um modelo a ser replicado. ?Essa talvez seja a forma mais prática e objetiva de melhorar a qualidade dos projetos desenvolvidos?, concluiu.

Relatório da Saúde, comunicado do TCE-GO e proposituras do Executivo são lidos durante a plenária | Portal da Alego

Relatório da Saúde, comunicado do TCE-GO e proposituras do Executivo são lidos durante a plenária

Oito matérias compuseram o Expediente da sessão plenária desta terça-feira, 12. Seis delas são da Governadoria; uma, da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO); e outra, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). As matérias do Poder Executivo vão ser encaminhadas à Comissão Mista e os relatórios da Saúde e da corte de contas à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

Da SES-GO foi lido o relatório contido no processo nº 19094/25, da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (Comacg).

Do TCE-GO foi lido um comunicado de decisão e resultado de auditoria financeira contidos no processo no 18533/25.

Da Governadoria foram lidas matérias como a de no 19136/25, que altera a Lei nº 20.846, de 2020, instituidora da Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e criadora do Programa Simplifica Goiás; a de no 19140/25, que revoga a Lei nº 18.290, de 2013, a qual dispõe sobre a concessão de regime especial de tributação aplicável ao industrial fabricante de biocombustíveis em Goiás beneficiário do Produzir ou do Fomentar; e a de no 19437/25, que autoriza repasse financeiro do Estado de Goiás ao Ipasgo Saúde, a título de subvenção econômica, no exercício de 2025.

A lista de matérias do Expediente, na íntegra, pode ser conhecida aqui.

Relatórios da Saúde, TCE-GO e proposituras do Executivo são lidos na plenária

Oito matérias compuseram o Expediente da sessão plenária desta terça-feira, 12. Seis delas são da Governadoria; uma, da Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO); e outra, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). As matérias do Poder Executivo vão ser encaminhadas à Comissão Mista e os trelatórios da Saúde e da corte de contas à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento.

Da SES-GO foi lido o relatório contido no processo nº 19094/25, da Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (Comacg).

Do TCE-GO foi lido comunicado de decisão e resultado de auditoria financeira contidos no processo no 18533/25.

Da Governadoria foram lidas matérias como a de no 19136/25, que altera a Lei nº 20.846, de 2020, instituidora da Política Estadual de Atendimento ao Cidadão e criadora do Programa Simplifica Goiás; a de no 19140/25, que revoga a Lei nº 18.290, de 2013, a qual dispõe sobre a concessão de regime especial de tributação aplicável ao industrial fabricante de biocombustíveis em Goiás beneficiário do Produzir ou do Fomentar; e a de a de no 19437/25, que autoriza repasse financeiro do Estado de Goiás ao Ipasgo Saúde, a título de subvenção econômica, no exercício de 2025.

A lista de matérias do Expediente, na íntegra, pode ser acessada aqui.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

TCE faz determinações à Saúde após auditoria em política de imunização

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou relatório de auditoria operacional que fiscalizou a política estadual de epidemiologia e imunização quanto às responsabilidades estabelecidas no Plano Nacional de Imunização (PNI) e a política de apoio e suporte à saúde pública municipal. O processo foi relatado pelo conselheiro Celmar Rech e aprovado em sessão plenária virtual concluída em 7 de agosto.

O acordão determinou à Secretaria de Estado da Saúde (SES) que apresente, em até 60 dias, plano de ação com cronograma de implementação de medidas para adequar as estruturas físicas da Rede de Frio e o fornecimento de equipamentos de proteção individual nessas unidades, além da implementação de procedimentos para calibração periódica de instrumentos de controle térmico.

O plano também deverá contemplar ações voltadas ao controle de estoque, inclusive para apuração de eventuais divergências no inventário. Também é recomendado à SES que avalie estabelecer indicadores e metas para perdas de vacinas, conforme padrões internacionais e metas do PNI.

Autor da CEI da limpeza urbana mira possíveis irregularidades no Brilha Goiânia

O post TCE faz determinações à Saúde após auditoria em política de imunização apareceu primeiro em Tribuna do Planalto.